

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.663.863 - SP (2020/0035162-0)**

**RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**AGRAVANTE : ANTONIO CARLOS CAETANO**  
**AGRAVANTE : MARCIO TELES**  
**ADVOGADOS : LEONARDO ARANTES VICENTINI - DEFENSOR PÚBLICO -**  
**SP194851**  
**DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo apresentado por ANTONIO CARLOS CAETANO e OUTRO contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no art. 105, inciso III, alínea "a", da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO - RUA DA GLÓRIA.

Quanto à primeira controvérsia, alega violação do art. 386, inciso VII, do Código de Processo Penal, no que concerne à absolvição dos recorrentes em razão de inexistência de prova suficiente para a condenação, trazendo os seguintes argumentos:

No caso em comento, não há elementos probatórios suficientes para embasar a condenação dos Recorrentes pelo crime de furto, conforme será demonstrado. Diferentemente dos fatos contidos na denúncia, os acusados não praticaram o crime que estão sendo imputados.

Com relação ao Recorrente Antônio Carlos, necessário frisar que o mesmo exercia a época dos fatos a função de porteiro da obra. A própria vítima, em seu relato na fase investigativa, afirmou que não possuía qualquer elemento indicativo da participação de Antônio Carlos na subtração. De fato, não se produziu qualquer prova sólida e robusta a indicar o prévio conluio entre os réus para a prática da subtração. Além disso, Antônio Carlos esclareceu, em sede policial, que apenas exercia a função de porteiro na data dos fatos.

Com relação ao Recorrente Márcio, bem esclareceu que estava no local apenas para fazer um favor ao colega, também pedreiro, de prenome Paulo, transportando alguns materiais de construção. Aliás, a prova oral colhida nos autos demonstrou que, mesmo após ter tido contato com o engenheiro responsável pela obra, o qual tinha lhe insultado, chamando-o de ladrão, permaneceu no local, esperando inclusive a chegada da PM, com a intenção inclusive de dirimir o equívoco decorrente da conduta da vítima. De se observar que, se tivesse Márcio algo a temer teria rapidamente saído do local, mas não foi o que de fato aconteceu, pelo contrário, o mesmo permaneceu junto de sua esposa aguardando a chegada da PM até o local dos fatos.

O PM Mesquita relatou que não houve a certeza do flagrante delito,

o que fez com que a autoridade policial afastasse a lavratura do respectivo auto. (fls. 287).

Assim, é inegável que a prova produzida mostrou-se bastante precária no sentido para a condenação dos Recorrentes, pelo contrário, revelou-se mais condizente com a absolvição.

Sendo assim é necessária a reforma da r. sentença para absolver os Recorrentes, pois o que temos, deste modo, é um conjunto probatório frágil e insuficiente para a condenação. (fls. 287).

Quanto à segunda controvérsia, requer a aplicação do redutor máximo pela tentativa, trazendo os seguintes argumentos:

No caso concreto a r. decisão de segundo grau deve ser reformada, posto que o delito esteve longe de alcançar a consumação, sendo mais adequado aplicar-se ao caso a fração de dois terços e não metade.

Com efeito, a própria vítima Valter mencionou em seu depoimento que os agentes ainda se encontravam com o caminhão nas dependências da sua obra, quando seu filho Marcelo passava pelo local e advertiu os agentes durante o carregamento ainda em curso do veículo.

Os agentes ainda carregavam o caminhão quando cessaram a empreitada criminosa. Portanto, requer-se a reforma do acórdão, para aplicar a causa de diminuição de pena na fração de dois terços. (fls. 288).

É o relatório. Decido.

No que concerne à primeira controvérsia, na espécie, o Tribunal de origem se manifestou nos seguintes termos:

**A análise do conjunto probatório leva à conclusão de que os apelantes Antônio Carlos e Márcio, efetivamente, praticaram a tentativa de furto que lhes foi imputada. Quando confrontada com todos os depoimentos colhidos, a negativa de autoria apresentada por eles não se sustenta.**

A vítima asseverou ter flagrado ambos os apelantes, juntos, no interior de sua obra, carregando a caminhonete Ford/Ranger com alguns materiais de construção. Igualmente, o policial militar responsável pelo atendimento da ocorrência afirmou, de forma segura, que já estavam no interior do veículo pertencente ao apelante Márcio os produtos que eles pretendiam subtrair. Assim, desde já, questiona-se as declarações do apelante Márcio, que, em Juízo, asseverou nem sequer ter ingressado naquela construção, e, conseqüentemente, alegou que os materiais de construção não foram postos em sua caminhonete.

Não bastasse isso, a fragilidade das declarações de Márcio é evidenciada também em suas constantes contradições. Em solo policial, ele aduziu que sua caminhonete já fora carregada com um saco de cimento quando de seu flagrante (fls. 19). Em Juízo, porém, conforme anteriormente explicitado, alegou que nem sequer ingressara naquela obra, nem, muito menos, carregara o seu veículo.

[...]

Pelo exposto, demonstrada, então, a debilidade e a inverossimilhança das declarações prestadas por Márcio, somadas, ainda, à genérica defesa de Antônio Carlos, que somente se manifestou durante a fase inquisitiva, imperiosa a manutenção dos apelantes, especialmente se considerado o depoimento da vítima, que, repita-se, asseverou ter avistado ambos, juntos, no interior daquela obra, carregando a caminhonete com os materiais de construção. (fls. 268/269)

Assim, incide o óbice da Súmula n. 7 do STJ (“A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial”), uma vez que a pretensão recursal demanda o reexame do acervo fático-probatório juntado aos autos.

Nesse sentido: “O recurso especial não será cabível quando a análise da pretensão recursal exigir o reexame do quadro fático-probatório, sendo vedada a modificação das premissas fáticas firmadas nas instâncias ordinárias na via eleita (Súmula n. 7/STJ)” (AgRg no REsp n. 1.773.075/SP, relator Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, DJe de 7/3/2019).

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: AgRg no AgRg no AREsp n. 1.374.756/BA, relatora Ministra Laurita Vaz, Sexta Turma, DJe de 1º/3/2019; AgInt nos EDcl no AREsp n. 1.356.000/RS, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe de 6/3/2019; e REsp n. 1.764.793/RJ, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 8/3/2019.

Quanto à segunda controvérsia, na espécie, incide o óbice da Súmula n. 284/STF, uma vez que a parte recorrente deixou de indicar precisamente os dispositivos legais que teriam sido violados, ressaltando que a mera citação de artigo de lei na peça recursal não supre a exigência constitucional.

Aplicável, por conseguinte, o enunciado da citada súmula: “É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia”.

Nesse sentido: "Impossível o conhecimento do recurso pela alínea 'a'. Isto porque não há na petição do recurso especial a clara indicação dos dispositivos legais que se entende por violados. A citação de passagem de artigos de lei não é suficiente para caracterizar e demonstrar a contrariedade a lei federal, já que impossível identificar se o foram citados meramente a título argumentativo ou invocados como núcleo do recurso especial interposto" (AgInt no REsp n. 1.615.830/RS, relator Ministro Mauro Campbell

# *Superior Tribunal de Justiça*

Marques, Segunda Turma, DJe de 11/6/2018).

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA  
Presidente